

Rompidos acordos de Maílson

O governo Collor de Mello rompeu os acordos da dívida externa firmados na gestão do ministro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, com os credores internacionais e delineou os rumos da conversão de dívidas em investimentos diretos. Desde ontem, com a implantação do câmbio livre, o Banco Central não mais recebe cruzeiros de empresas devedoras no exterior e também não autoriza as remessas diretas para o credor.

Somente na próxima semana, a diretoria da área externa do Banco Central vai disciplinar os depósitos de cruzeiros para o pagamento de compromissos externos, dentro do Projeto 2 de refinanciamento da dívida brasileira. A queda do dólar no câmbio flutuante para Cr\$ 41,797, ontem, na reabertura do mercado e primeiro dia de liberação cambial, não deixou de surpreender. Por isso, o Banco Central prefere analisar o comportamento do câmbio até o final desta semana para regulamentar os futuros pagamentos aos credores externos.

Sem o Projeto 2 do acordo da dívida, empresas públicas e privadas não poderão honrar o pagamento do principal dos débitos vencidos até o final deste mês junto ao Clube de Paris e tampouco das dívidas a bancos privados, com vencimentos até o final de 1993. Os bancos credores também podem ter a frustração de utilizar o grande volume do principal da dívida vencida para conversão em investimentos diretos.

JUROS EXTERNOS

O Brasil só pagará este ano cinco bilhões de juros da dívida externa e há possibilidade de se descentralizar a renegociação, abrindo um espaço maior do que existente hoje, segundo informou a ministra da Economia, Zélia Cardoso. Ela observou que o País só voltará a pagar juros da dívida a partir do início de uma renegociação. Anunciou ainda que até o final do mês apresentará ao FMI e ao Banco Mundial o plano econômico do Governo, esperando apoio desses órgãos.